

#Matheusa no twitter: enquadramentos e negação do sujeito trans

#Matheusa on twitter: frameworks and negation of the trans subject

Mayole Vitória Velasques¹

Fabiana Biondo²

Resumo: O trabalho apresenta resultados de pesquisa realizada no Twitter acerca do caso #Matheusa Passareli, estudante de 21 anos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ativista LGBTQI+, que se posicionava como não binária e foi brutalmente assassinada em abril de 2018. Analisamos comentários em tweets e retweets sobre o caso feitos via @bbcbrasil, que em grande parte evidenciaram posturas reacionárias sobre gênero e sexualidade. Trata-se de pesquisa etnográfica na internet, cujas reflexões são construídas com base em estudos sobre performatividade do gênero e teoria Queer (BUTLER, 2003; LOURO, 2003), sobre a dimensão sociopolítica e ideológica de identidades em interações (MOITA LOPES, 2010; BIONDO E SIGNORINI, 2015) e sobre enquadramentos interacionais (GAMSON, 1992; ENTMAN, 2007). Nas interações analisadas, há enquadramentos da afirmação binária do gênero se sobrepondo à preocupação com o crime e com a crueldade do assassinato. Além disso, a subversão ao binarismo aparece como uma possível justificativa para o assassinato, evidenciando a abjeção de sujeitos que ousam subverter as normas tradicionais do gênero.

Palavras-chave: #matheusa, gênero, sexualidade, interações, identidade.

Abstract: This work presents the results of a research carried out on Twitter on the case #MatheusaPassareli, a 21-year-old student at the Federal University of Rio de Janeiro, an LGBTQI+ activist, who understands herself as non-binary and was therefore brutally murdered in April 2018. We analyzed comments in tweets and retweets about the case made on the @bbcbrasil page, which in large part showed reactionary attitudes about gender and sexuality. It is an ethnographic research on the internet, whose reflections are built based on studies about gender performance and Queer theory (BUTLER, 2003; LOURO, 2003), about the socio-political and ideological dimension of identities in interactions (MOITA LOPES, 2010; BIONDO e SIGNORINI, 2015) and on interactional frameworks (GAMSON, 1992; ENTMAN, 2007). In the interactions analyzed, there are frameworks of the binary affirmation of the gender overlapping the concern with crime and the cruelty of murder. Furthermore, subversion to binarism appears as a possible justification for the murder, showing the abjection of subjects who dare to subvert the traditional norms of the gender.

Keywords: #matheusa, gender, sexuality, interactions, identity.

¹ Graduanda do curso Letras Português e Inglês da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Contato: vitoriavelasques@gmail.com.

² Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Coordena o grupo de pesquisas CNPq Práticas de letramento multi/hipermidiáticas. Contato: fabibiondo@gmail.com.

Introdução

O assassinato de Matheusa Passareli, jovem que se identificava como não binária, estudante de 21 anos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ativista LGBTQI+, em abril de 2018, repercutiu nas mídias brasileiras desde o desaparecimento de Matheusa até o desfecho das investigações. A notoriedade do caso deu-se por meio de diversas mídias digitais que, além do crime, salientaram a identidade Queer³ de Matheusa e evidenciaram as nuances de gênero e sexualidade ligadas à repercussão sobre o ocorrido.⁴

Como observamos em imersão etnográfica em algumas dessas mídias durante dois meses após o assassinato, muitas vezes os comentários a respeito do crime e de Matheusa explicitaram não apenas a brutalidade envolvida no assassinato, mas também (principalmente) relações entre o ocorrido e a subversão ao binarismo de gênero empreendida pela vítima em vida. Como pretendemos mostrar, isso se construiu a partir de dois enquadramentos, sobretudo: (i) a (re)afirmação binária do gênero, deslocando e sobrepondo-se ao quadro do assassinato, à crueldade do ocorrido com Matheusa; (ii) a "justificativa" para o crime, por meio de argumentos relacionados à subversão do gênero.

Discutimos a forma como essa dinâmica foi construída à época, a partir de comentários feitos em duas reportagens publicadas pelo perfil oficial da @bbcbrazil no Twitter, em maio de 2018. Selecionamos esses comentários por uma questão de espaço e por sua representatividade em relação às discussões sobre o caso que acompanhamos no período estudado. Amparamo-nos na metodologia etnográfica para internet (também conhecida por Etnografia Virtual), bem como em estudos sobre

³ De forma breve, podemos dizer que a teoria Queer está pautada na subversão de normas (identitárias, sexuais e de gênero) e dicotomias ocidentalizadas, de modo que "queer" pode ser compreendido como o desviante, estranho, não homogêneo, que rompe e causa desconforto na estrutura vigente. Retomamos o conceito em seção teórica deste trabalho.

⁴ Algumas informações sobre o caso estão disponíveis em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/traficante-confessa-que-matou-matheusa-explica-como-ocultou-cadaver-veja-video-rv1-1-24111440.html>

performatividade do gênero e teoria Queer, sobre a dimensão sociopolítica e ideológica de identidades em interações e sobre enquadramentos interacionais.

O transidentitário e a construção do gênero social

O interesse acerca das identidades sociais tem se ampliado em função das diversas mudanças que vêm ocorrendo no mundo e que têm tornado o movimento de subversão e de reflexão a cada dia mais frequentes, resultado de encontros e desencontros na busca por respostas sobre o que somos, o que podemos ser e o que queremos nos tornar (MOITA LOPES, 2011). Nesse contexto, tornam-se prementes reflexões pautadas em teorias de gêneros e identidades, de modo a refletir sobre reconstruções propostas por tais teorias e a questionar como se desdobram políticas de regulação e de (in)subordinação nos espaços sociais e interações corriqueiras.

Para tanto, é necessário compreender como o processo de construção das identidades sociais está cada vez mais dependente da ampla disseminação de materiais semióticos nas práticas de letramento em que nos engajamos na sociedade digital. Com o acesso constante e massivo a quase todo e qualquer conteúdo, a mídia teve seu espaço ampliado nas formas de sociabilidades atuais, sendo um território fértil não só para a difusão de informações renovadas, como também para a permanente subversão e (re)(des)significação das construções identitárias.

A teoria Queer, que orienta nossas análises, aborda as problemáticas de gênero, identidade e performance, tendo Judith Butler como estudiosa de referência. Filósofa pós estruturalista, Butler (2003) inaugura a problemática queer questionando o caráter "natural" do gênero, e sua falsa relação com sexo. O enunciado "ninguém nasce mulher: torna-se mulher" (BEAUVOIR, 1967, p. 9) constitui o *insight* reflexivo que guia Butler para iniciar suas discussões, questionando o quê, afinal, significa tornar-se mulher, bem como em qual momento da vida ocorre o "ser mulher", e se é possível também o movimento contrário de "não ser".

Para a autora, a separação de sexo e gênero "atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído" (BUTLER, 2003, p. 26). Portanto, o gênero não deriva do sexo, e sim dos

significados histórico-culturais assumidos pelo corpo sexuado. Para além disso, Butler (2003) também levanta o questionamento sobre ser o sexo tão construído culturalmente quanto o gênero, sendo a dualidade do sexo uma das diversas maneiras de regulação do binário (homem x mulher, heterossexual x homossexual, masculino x feminino), que opera de forma contínua em nossas práticas sociais diárias, para garantir a estabilidade e a afirmação do sistema de heterossexualidade compulsória.

A questão de identidade de gênero se revela, assim, como um dos mecanismos de afirmação ou subversão da normalização de uma instituição vigente, definida como a “heterossexualidade compulsória”, naturalizada em práticas diárias. A heterossexualidade compulsória “regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual” (BUTLER, 2003, p. 53). Essa instituição também reforça papéis sociais e é essencial para visualizar o todo sistemático que perpetua e regula os corpos e identidades. Conforme Navarro-Swain, isso funciona por meio de uma ordem biológica socialmente naturalizada:

Diferença de sexos” é uma categoria fundadora da heterossexualidade compulsória, carregando a ideia de que os corpos sexuais são determinantes do papel e status no social e de que a “natureza” define a importância dos seres humanos de acordo com a sua biologia. A diferença de sexos é, portanto, também política, na medida em que sela a desigualdade no social. A heterossexualidade é, da mesma forma, politicamente compulsória, o que significa um intenso processo de convencimento cultural em políticas familiares e educacionais ou a imposição pela coerção de normas de submissão e devoção ao masculino, construindo-o de forma imperiosa como definidor da divisão de trabalho, remuneração e importância social (NAVARRO-SWAIN, 2010, p. 47).

A centralidade em torno do sexo biológico advinda desse sistema estabelece a heterossexualidade como norma, de modo que as múltiplas sexualidades, mais ou menos desviantes, são inviabilizadas e há um esforço para que sejam apagadas, assim como os corpos que as performam. Para Navarro-Swain (2010, p. 50), o que é compulsório, tido como natural, “abre espaço para todas as violências, transformando seres humanos em corpos sexuais: os disponíveis (o feminino) para outrem (o masculino)”. O sistema de heterossexualidade compulsória revela, então, uma sequência dita como natural e esperada sobre os corpos, na qual sexo, gênero e desejo devem seguir o sistema normalizado.

Por meio dessa lógica, o sexo definiria gênero e, este, o desejo dos sujeitos, sempre em relação ao seu oposto. Tal asserção desencadeia, segundo Louro (2004, p. 15), “todo um processo de “fazer” feminino ou masculino. A nomeação dos corpos atribui uma “sequência já consagrada, a sequência sexo – gênero – sexualidade”. Mas essa é uma construção e, em assim sendo, nem as identidades decorrentes desta norma nem identidade alguma é anterior à sua construção nas práticas discursivas, por meio das quais se estruturam significados sobre sujeitos (BUTLER, 2003; LOURO, 2004; SALIH, 2016).

A construção discursiva do gênero ocorre nos mais simples e despreziosos contextos, como exemplifica Butler (2003): ao questionar sobre o nascimento de uma criança, se trata-se de menino ou menina, a resposta desencadeia todo um processo de construir o sujeito quanto ao gênero. Ao se proferir a sentença “é uma menina”, por exemplo, além de marcar o corpo do sujeito, profere-se uma carga de ações e condições marcadas para tal gênero.

A desestabilização da hegemonia heterossexual pelo sujeito queer exemplifica o quão frágeis são as barreiras que sustentam a heteronormatividade compulsória. Apesar disso, pelo processo de vigilância das normas de gênero, os sujeitos estão constantemente as regulando em suas interações sociais, de forma consciente ou não. Em geral, esse processo tem como intuito e/ou resultado definir uma relação de "abjeção" em relação aos corpos dissonantes da dita “normalidade”:

A abjeção é mais profunda que o preconceito: para este, é preciso reconhecer a existência do diferente para, então, diminuí-lo e, assim, poder tratá-lo como menos merecedor de reconhecimento. Na abjeção, o status do outro é o “não poder existir”. O corpo abjeto é aquele que não pode existir dentro da matriz cultural. E o que não pode existir não deve ser estudado, refletido, nomeado (RODRIGUES, 2018, p. 31).

A abjeção constitui-se, então, como um mecanismo de apagamento material e identitário dos desviantes. Caso seja impossível eliminar tais corpos, a conduta se volta para marginalizar, não dizer, esquecer tais sujeitos, desumanizar suas vivências. O abjeto causa repulsa e, portanto, deve ser ou eliminado ou escondido, distanciado dos "normais" e impossibilitado de acessos sociais básicos. Nesse campo é que costumam ser inseridos os sujeitos transidentitários, cuja identidade de gênero costuma ser patologizada.

Se por um longo tempo a homossexualidade foi considerada um distúrbio (CID-9)⁵ por instituições como a OMS (Organização Mundial da Saúde), e isso só tenha se alterado oficialmente nos anos 90, o “transexualismo” e o “travestismo” (CID-10) só deixaram de ser considerados “transtorno mental”, “transtorno ou disforias de identidade de gênero” em 2018. Desde então, foram enquadrados como “condições relacionadas à saúde sexual”, “incongruência de gênero”. Como lembra Silva (2019),

a mesma sociedade que produz o adoecimento (quando não a morte) das pessoas trans elabora para estas um discurso de patologização das suas performances identitárias, tomadas em si mesmas como adoecidas face à sua inconformidade com o modelo supostamente natural homem/mulher. Disso decorre a retirada de sua autonomia sobre suas vidas, uma vez que 'doentes de gênero' passam a ter suas existências tuteladas através de uma série de dispositivos engajados nessa tarefa. Boa parte dos investimentos de poder sobre as vidas trans está pautada em discursos médico-científicos (SILVA, 2019 p. 958).

A patologização como recurso para inviabilização dos corpos e identidades trans se mostra uma das últimas etapas de tentativa do cerceamento sistêmico, afinal, o discurso médico evoca uma série de mecanismos que deslegitimam corpos não “normais”. O corpo que se recusa a uma cirurgia de “adequação” (simbólica e efetivamente dizendo) desestabiliza o discurso médico e revela a fluidez de que nos fala Butler, ao refutar que o desejo ou identificação seja dependente de um órgão masculino ou feminino. Dessa forma, transidentidades geram uma profunda “ruptura epistemológica”, como bem lembrou Ayouch (2015, p. 31), pois escancaram que “as identificações de gênero definidas em função do aparelho genital designado são um caso particular dentro de uma multiplicidade possível de identificações”.

Interações e enquadramentos no Twitter

O Twitter é um *microblogging* criado em 2016 com a intenção de oferecer compartilhamento de *status* de ações dos usuários em tempo real. Tendo se popularizado rapidamente, atualmente possui cerca de 330 milhões de usuários por

⁵ “Código Internacional de Doença”, definido e regulamentado pela Organização Mundial de Saúde.

trimestre,⁶ que são convidados pela pergunta na aba superior de sua interface inicial a responder “O que está acontecendo?”. A partir desse convite, usuários twittam, em tempo real, podendo também acompanhar os denominados *trending topics*, que mostram os assuntos mais comentados no momento (estes podem ser filtrados por países).

As atividades da rede giram, sobretudo, em torno do tweet, nome para as publicações feitas no Twitter. Pelo tweet, usuários podem compartilhar seu *status* e publicar fotos, GIFS, vídeos, links e textos de até 280 caracteres. Além de twittar, pode-se seguir perfis e receber atualizações sobre os status de participantes da rede. A plataforma também conta com funções como *curtir* (representado por um coração que é preenchido ao ser selecionado) e o retweet, que permite aos usuários compartilhar o status (próprio ou alheio) adicionando comentários ou atualizações, entre outras.

A essência do Twitter, que costuma ser constantemente atualizado, são as mensagens curtas (tweets) e sua atualização mundial imediata. Em seu site oficial, essa rede é definida como “o lugar certo para saber mais sobre o que está acontecendo no mundo e sobre o que as pessoas estão falando agora”. Também no site, os usuários são convidados a uma “conversa global”.

Recuero e Zago (2009) destacam a dimensão das conexões no Twitter, ao afirmar que nele se formam redes de conversação e de contatos mesmo sem que tenha havido interação recíproca anterior. Para elas, isso pode possibilitar o acesso a valores sociais e informações que não seriam possíveis de outra forma.

O espaço de contato proposto pela rede, rende embates e produz uma noção de quebra de hierarquias, afinal, a ideia vendida é a de que qualquer sujeito com acesso à internet, pode participar.⁷ A noção (ilusão?) de quebra de hierarquia e de espaços, aliados à sensação de proteção/impunidade, permite que usuários encontrem no Twitter o palco perfeito para interações carregadas de violências, sobretudo contra grupos socialmente marginalizados. Como lembraram Bonin, Kirchof e Ripoll (2018), “são numerosos os casos de racismo, xenofobia e preconceito no Twitter. No Brasil,

⁶ Informações disponíveis em: <https://link.estadao.com.br/noticias/empresas,numero-de-usuarios-do-twitter-cresce-apos-limpeza-na-rede-social,70002800800>.

⁷ (Re)conhecemos que, com a avalanche da manipulação de algoritmos tudo isso pode ser controlado em função de grupos e interesses específicos. Neste texto, retomo-nos aos dados discursivos encontrados; não sem termos a consciência, porém, de que eles podem não representar muitas das facetas e relações de poder desse tipo de discussão.

notadamente, tais casos estão relacionados aos homossexuais, transgêneros, mulheres, índios e nordestinos”.

A fim de investigar as nuances desses discursos nas interações selecionadas, acreditamos ser importante compreender de que forma as discussões são (re)enquadradas nesses espaços. Dessa forma, interessa-nos também o conceito de enquadramento e sua relação com a mídia e com questões de natureza política.

O enquadramento é um conceito comum nas ciências humanas e sociais, e há formas diferentes de compreendê-lo. De todo modo, ele permite identificar a força argumentativa de um texto, bem como evidenciar relações de poder, conforme Entman (2007). Para o autor, o enquadramento caracteriza-se pela seleção de elementos percebidos, visando a construir um enunciado/texto e a salientar questões e/ou pontos de vista particulares. Envolve, portanto, seleção e saliência, de forma a determinar o que se quer que seja percebido, por quem, quando, de que modo, com base nas relações de poder e questões políticas relacionadas. Envolve também diagnóstico, avaliação e prescrição (ENTMAN, 2007), de forma a se definirem problemas específicos, em função de "realidades" também particulares.

O enquadramento passa, assim, pela identificação de agentes causais, de suas ações, dos custos que estão em jogo e dos benefícios (para quem?), esbarrando em valores culturais, em julgamentos morais e em possíveis soluções para problemas sociais. Tudo isso, a partir de discursos institucionais e de autoridade, que definem verdades e executam funções sociais. Segundo Gamson (1992), isso pode ser executado em apenas uma sentença, ao passo que, por vezes, várias sentenças podem não executar nenhuma dessas funções.

De todo modo, os enquadramentos se estabilizam por meio dos chamados "quadros", que emolduram e moldam interpretações e preferências, nas interações. Os quadros são estruturados por meio da mencionada seleção e saliência, a partir de objetos e ações alternativas, que são comparados e selecionados de modo a deixar algo mais claro (saliente/perceptível) para determinado público (ENTMAN, 2007; DRUCKMAN, 2011). Isso aumenta as chances de que os interactantes percebam algumas informações, mas nunca um quadro pode garantir isso, pois tudo irá depender do sistema de crenças dos receptores. Assim, a forma como as pessoas interpretam o mundo, com base em suas visões prévias manifestas em estereótipos ou scripts, atuam

juntamente com os enquadramentos, como pontuaram Entman (2007 e Lachapelle (2014).

Não há, portanto, enquadramento isolado de questões culturais. São justamente os esquemas socioculturais dos envolvidos em uma interação que determinam julgamentos, significações e conclusões, tanto do comunicador quanto do receptor. (ENTMAN, 2007, p. 53). Por esse motivo, as teorias sobre enquadramento são muito próximas da teoria cultural, como lembrou Lachelle (2014). Para o autor, isso é muito importante para que se possa compreender estruturas de coalizão entre grupos sociais, bem como o potencial político do enquadramento, seu papel fundamental nas mídias e outros meios de formação de opinião. A lógica parece bem simples para o autor: ao atuar na formação de opiniões, os quadros podem ter efeito sobre ações políticas e impactos tanto em novas ações quanto no próprio sistema de crenças das pessoas. E disso, nos parece, a mídia e os políticos brasileiros entendem bem.

Aspectos metodológicos

A pesquisa foi desenvolvida a partir da Etnografia Virtual (HINE, 2000), atualmente chamada de pesquisa para a internet (HINE, 2015). Trata-se de metodologia em que o pesquisador fica imerso em espaços online-offline de interação (tidos como nexos), interagindo e pesquisando, simultaneamente. Com origem na etnografia tradicional, a para/na internet se desenvolve ao lado do avanço das mídias e tecnologias digitais, com interesse nas interações criadas nos espaços-tempos da sociedade digital.

Ao nos valermos dessa metodologia, participando como "*lurker*" (pesquisador-observador) a partir de Hine (2000; 2008), estamos entendendo que a linguagem tem sua importância ampliada na interação imediata, para a identificação e a discussão de problemas de pesquisa. Isso exige, ainda, um modo de olhar para a identidade não como algo "autêntico" e essencializado, ligado a um corpo físico, mas sim como negociada e amparada pela situação de interação, em sua relação direta com as práticas sociais (HINE, 2000, p. 49).

A partir disso e com o propósito inicial de analisar as interações que possuíam como mote o assassinato de Matheusa Passareli, bem como o que tais interações revelavam em termos da construção identitária do gênero, embrenhamo-nos nas discussões sobre o caso na mídia em geral, à época, inclusive no Twitter, que depois definimos como lócus do estudo. Nesta rede, utilizamos a própria ferramenta de pesquisa disponível para os usuários e acompanhamos as interações acerca do termo “*Matheusa*” no período entre abril e maio de 2018.

Para a análise da estrutura de participação, realizamos uma seleção de corpus a partir dos picos de interação, por meio dessa ferramenta do *Twitter*. Entretanto, os resultados dessa pesquisa se mostravam muito espaçados e a quantidade de resultados era muito grande, o que dificultou a definição do corpus, mas nos permitiu encontrar duas matérias sobre o caso que muito nos chamaram a atenção. Devido à grande quantidade de engajamentos e da representatividade da dinâmica das interações sobre o caso que pretendemos mostrar, optamos por analisar essas duas matérias neste estudo. Ambas foram publicadas pelo perfil oficial da @bbcbrasil, em maio de 2018 e estampavam o rosto de Mateusa, conforme se pode observar a seguir:



Figura 1. Matérias sobre o caso #Matheusa retiradas do Twitter, via @bbcbrasil.
Fonte: arquivo pessoal.

Levando em consideração o número de interações das reportagens, a primeira com 103 tweets e 77 retweets e a segunda com 24 tweets e 48 retweets, criamos um arquivo do corpus com cerca de 33 tweets advindos das interações nestas matérias,

alguns dos quais analisamos na próxima seção, por representatividade, a partir dos objetivos deste estudo.

Enquadramentos sobre o caso Matheusa no Twitter

Nas duas matérias sobre o assassinato de Matheusa em @bbcbrazil, inicialmente identificamos posturas reacionárias sobre gênero e sexualidade em todos os 33 comentários/tweets mencionados anteriormente. Neles, destacou-se uma dinâmica interacional e de enquadramentos da questão para a qual escolhemos chamar a atenção aqui: o assassinato é “apagado”, juntamente com sua crueldade, de modo a salientar-se, por enquadramento, a afirmação binarista da norma do gênero e a justificativa para o próprio assassinato ligada à subversão dessa norma. Esses enquadramentos, por sua vez, ocorrem por meio da mobilização de elementos indexicais ligados aos discursos sobre meritocracia/vitimismo, sobre religião, e os do campo da medicina/biologia. É o que mostram o comentário a seguir, em que se instanciam discursos meritocráticos para enquadrar os supostos assassinos de Matheusa como “vítimas”, de forma irônica e de modo a salientar o tal “vitimismo” daqueles que estão postos à margem da sociedade, tal como se vê em vários outros veículos midiáticos e interações nos dias atuais:



Figura 2. Tweet realizado em reportagem, via @bbcbrazil. Fonte: arquivo pessoal.

Ao descrever os assassinos de Matheusa como “vítimas da sociedade” o responsável pelo comentário instancia uma pauta levantada por movimentos sociais quanto ao que, de fato, pode levar alguns sujeitos periféricos ao mundo do crime. Essa apropriação irônica da questão é enquadrada, na postagem, de forma a se relacionar, ainda, com a construção discursiva sobre moradores da favela, uma vez que o crime de Matheusa ocorreu em uma comunidade do Rio de Janeiro. Ao jogar com a palavra “vítimas” para se referir tanto ao assassinado quanto aos possíveis assassinos, não apenas se justifica o crime por meio da pauta implicitamente questionada, mas também se concorda com ele “quero mais é que essa gente continue sendo vítimas”.

A sequência de comentários mantém o quadro do “apagamento” do sujeito trans, remetendo à sua não possibilidade de existência, abordada por Butler (2016). Essa possibilidade só se torna inteligível se o gênero se alinha aos arquétipos reconhecidos culturalmente como próprios do feminino e do masculino. Portanto, aos seres tidos como “errados” ou “incoerentes”, resta a não-existência – pela morte, como no comentário anterior, ou pela “devolução” ao responsável pela criação, Deus, recorrendo-se a discurso religioso:



Figura 3. Tweet realizado em reportagem, via @bbcbrasil.
Fonte: arquivo pessoal.

O comentário acima anula, por apagamento, a discussão sobre a morte de Matheusa, e salienta uma vez mais a condição de Outro que a “condena” a ser vítima de

violência e à não-existência. Por meio de discurso religioso e de uma visão maniqueísta em geral atrelada a esse campo discursivo, reafirma a inadequação à norma de inteligibilidade de gênero como um defeito/erro (“corpo errado”; “forma errada”) e que, assim, deveria ser “devolvido” ao fabricante (Deus), por “recall”, um termos comumente utilizado para se referenciar à solicitação de devolução de produtos ao fabricante, o que em geral ocorre por tais produtos apresentarem falhas ligadas à segurança do produto ou usuário. A redução dos corpos a produtos com defeitos de fabricação e que conseqüentemente ameaçam a segurança de seus usuários revela que a materialidade dos corpos de Matheusa e Gabe Passareli não se mostra digna de nascimento, remetendo à abjeção sobre corpos “do território proibido, do indizível”, aqueles discursivamente afastados “do eu”, apresentados como “inviáveis, que pertencem à noite, à margem, que não são (devem ser) vistos à luz do dia nos passeios públicos das pessoas de bem, nem acessíveis aos olhos do cidadão comum” (RODRIGUES, 2018, p. 31-32).

A inadequação dos corpos atravessa o discurso religioso e também o da biologia, uma vez que está tradicionalmente atrelado aos órgãos sexuais com os quais nasce determinado sujeito. Como afirma Butler (2003), de quem nasce com vagina, espera-se determinados comportamentos e relacionamentos com aqueles que nascem com pênis. E vice-versa. Ao desestabilizar essa lógica, a existência de Matheusa causa estranhamento e recusa, daí as justificativas para seu apagamento. É o que mostram os comentários a seguir, nos quais a relação entre sexo e gênero é reafirmada pela norma tradicional de gênero e a matéria é novamente reenquadrada – do luto da irmã pela morte de Matheusa para a (des)qualificação desta última em virtude de sua subversão à norma de gênero.



Figura 4. Tweet realizado em reportagem, via @bbcbrasil.
Fonte: arquivo pessoal.



Figura 5. Tweet realizado em reportagem, via @bbcbrasil.
Fonte: arquivo pessoal.

Tanto na figura 4 quanto na figura 5, os comentários reenquadram a relação “natural” entre sexo (biológico) e gênero (o gênero da bicha era masculino! Eu vi a foto, tinha uma piroca lá!; “Nasceu homem não tem jeito, jamais será mulher”), recusando existências para além dessa relação e deslocando, uma vez mais, a questão para a reafirmação do binário de gênero. O uso de uma pergunta retórica (“A matéria fala em irmã, e duas, mas na foto são dois homens?”) compõe o cenário para representar a consternação que o sujeito teve ao ver a publicação, bem como a falsidade (“fake”)

relacionada a existências subversivas de gênero. Verificamos, ainda, a nomeação do corpo que, segundo Louro (2004, p. 15), “acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um ‘dado’ anterior a cultura e lhe atribuiu um caráter imutável, a-histórico e binário”.

O discurso da biologia alia-se, ainda, ao da medicina, de forma a enquadrar as existências e crenças que fogem à regra imposta para o gênero e para os corpos como doença, conforme se observa nas figuras 6 e 7, a seguir:



Figura 6. Tweet realizado em reportagem, via @bbcbrasil.
Fonte: arquivo pessoal.



Figura 7. Tweet realizado em reportagem, via @bbcbrasil.
Fonte: arquivo pessoal.

Conforme se observa nos exemplos acima, tanto a subversão marcada pela vivência de gênero de Matheusa quanto a daqueles que a ela se alinham é enquadrada no campo de doença mental (“vcs são doentes? ‘ela?’”; “essa demência de ‘Matheusa’”). Assim, reafirmam-se as tentativas de demarcação de gênero a partir do sexo biológico de Matheusa, por meio de um recurso linguístico, no caso do destaque para “ela” ou da palavra “HOMEM”, em grafia maiúscula, ou ainda por meio da própria relação mencionada com a loucura (“batendo palma pra louco dançar”). De todo modo, a tentativa de retomar/reenquadrar a regulamentação do gênero, de forma explícita, mostra-se como uma tentativa de suprimir “a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica.” (BUTLER, 2016, p. 47). Essa tentativa, por sua vez, alia-se a um apagamento da violência sofrida por um ser humano que, neste caso, é posto em lugar de Outro, de estranhamento e desconforto e, logo, parece não ser digno de indignação quanto a essa violência.

Ao apresentar o nome de Matheusa entre aspas, em um movimento de apagamento de sua identidade e afirmação como sujeito subversivo, salienta-se novamente a não possibilidade do binário, aqui é tratada como questão médica, como uma doença de ordem psíquica que precisa ser curada (“tivesse tido ajuda média talvez estivesse vivo”) e que, em não se efetivando essa ajuda, subentende-se uma justificativa para o assassinato (“tai o resultado”). O discurso do campo da medicina se coloca, então, como um elemento de alteração do foco da discussão e remete à conhecida “cura gay”, que insiste em “tratar” a sexualidade desviante da norma.

Por fim, na figura 8, a justificativa para o assassinato é reafirmada pela lógica de nossa sociedade que teima em culpabilizar a vítima por crimes e violências sofridos – a exemplo do que muito comumente se costuma ver em casos de estupro, por exemplo. Para isso, enquadra-se a questão no campo da moralidade (“homem decente” versus “pederasta drogado”), a qual é apresentada como condição de existência (“quem procura acha”):



Figura 8. Tweet realizado em reportagem, via @bbcbrasil.
Fonte: arquivo pessoal.

Este último exemplo, juntamente com os demais aqui analisados, remetem à compulsão pela marcação e pela (re)afirmação dos binários em nossa sociedade – neste caso, dos binários de gênero, que asseguram a norma estabelecida e os comportamentos previamente definidos e adequados às existências como “homem” ou como “mulher”. Como vimos, isso ocorre via reenquadramento da reportagem sobre o crime ocorrido com a jovem Matheusa, de forma a salientar e a definir um quadro sobre a questão que se alinhe a discursos tradicionais do campo religioso, da biologia e da medicina. Por meio desses discursos, são suplantados argumentos e justificativas para o apagamento de sujeitos que ousam subverter essa norma e cuja existência, ao que nos parece, gera(va) desconforto àqueles que estão mais atentos (ou preocupados) com a manutenção de “tradições” calcadas em ideais que não sobrevivem a existências particulares do que com a vida de outros seres.

Considerações finais

Os últimos anos foram marcados por mudanças e reestruturações na forma de nos comunicarmos e interagir no mundo social, entre outros motivos, pelo poder de interação ampliado na era da tecnologia digital. Nesse movimento de constantes materialidades, que vem e vão, pensar e discutir questões sociais é fundamental, pois, a todo momento as práticas de letramento das quais fazemos parte aludem a esse processo contemporâneo de desestabilização de identidades.

A estrita relação da construção identitária do gênero e as questões que permeiam o assassinato de Matheusa apontam para a tentativa constante de marcação da identidade binária de gênero, sendo essa uma preocupação sobreposta ao crime e à crueldade do assassinato, como se pôde notar nos exemplos analisados. Em busca de enquadrar a identidade de Matheusa no sistema binário, os usuários interpelam jogos linguísticos e ideológicos: pronomes pessoais ele/ela, usos de palavras do campo semântico da marcação do gênero (homem/mulher, corpo, piroca, etc.), indexicalidades com discursos da medicina, da biologia, da religiosidade, para citar os mais visíveis aqui.

Por fim, as interações decorrentes do caso Matheusa revelam, em termos da construção identitária de gênero, como a ocorrência de violências contra grupos marginalizados permeia ambientes online de discussões, espelhando e ressignificando relações de poder bastante estabelecidas em espaços off-line, por meio de um nexos online-offline de construções ideológicas. Acreditamos que visibilizar e compreender esse fenômeno é um dos passos possíveis para o combate de posturas reacionárias e violentas, muito embora isso tenha se tornado a cada dia mais difícil nos tempos atuais, em virtude da avalanche de “fake news” e da maquinaria de robôs utilizados para disseminar o ódio e promover violência nos meios digitais de comunicação.

Referências

AYOUC, Thamy. Da transsexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais. *Percurso*, n. 54, p. 23-32, 2015.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão europeia do livro, v.2, 1967.

BIONDO, Fabiana P.; SIGNORINI, Inês. (Re)definições e (des)construções identitárias em comunidades ativistas do Facebook: contribuições das epistemologias pós-feminista e queer. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v.31 n. esp. 4, p. 169-197, 2015.

BONIN, Iara T.; KIRCHOF, Edgar R.; RIPOLL, Daniela. Disputas pela Representação do Corpo Indígena no Twitter. *Revista Brasileira de Estudos da Presença [Brazilian Journal on Presence Studies]*, v. 8, n. 2, p. 219-247, 2018.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DRUCKMAN, James N. What's it all about? Framing in political science. In: KEREN, Gideon. *Perspectives on framing*, New York: Psychology Press, v. 279, 2011.

ENTMAN, Robert M. Framing bias: Media in the distribution of power. *Journal of communication*, v. 57, n. 1, p. 163-173, 2007.

GAMSON, William A. *Talking politics*. Reino Unido: Cambridge University Press, 1992.

HINE, Christine. *Ethnography for the internet: Embedded, embodied and everyday*. Bloomsbury Publishing, 2015.

HINE, Christine. Virtual ethnography: Modes, varieties, affordances. *The SAGE handbook of online research methods*, p. 257-270, 2008.

HINE, Christine. *Virtual ethnography*. London: Sage Publications, 2000.

LACHAPELLE, Erick; MONTPETIT, Éric; GAUVIN, Jean-Philippe. Public perceptions of expert credibility on policy issues: The role of expert framing and political worldviews. *Policy Studies Journal*, v. 42, n. 4, p. 674-697, 2014.

LOURO, Guacira L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LOURO, Guacira L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Autêntica, 2004.

MOITA LOPES, Luiz P. Os novos letramentos digitais como lugares de construção de ativismo político sobre sexualidade e gênero. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, n.49(2), p.393-417, 2010.

MOITA LOPES, Luiz P. *Identidades e pós-identidades*. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=6HDLg6_Jc7k. 2011. Acesso em: 18/05/2020.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. Desfazendo o "natural": a heterossexualidade compulsória e continuum lesbiano. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 05, 2010.

RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela. Em busca das “redes que importam”. *Redes Sociais e Capital Social no Twitter. Anais do XVIII Encontro da Compós*: Belo Horizonte, MG, 2009.

RODRIGUES, Gabriel de O. Corpos como objetos abjetos. In: JESUS, Dánie M. de *et al.* (Orgs.). *Corpos transgressores: políticas de resistências*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018. p. 23-34.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a teoria queer*. Autêntica, 2016.

SILVA, Danilo da C. Pereira. (Meta) pragmática da violência linguística: Patologização das vidas trans em comentários online. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 58, n. 2, p. 956-985, 2019.